

# Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge<sup>1</sup> / *Consumption of the elderly in unipersonal and living with a spouse domestic arrangements*

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO<sup>2</sup>

KARLA MARIA DAMIANO TEIXEIRA<sup>3</sup>

MARCO AURELIO MARQUES FERREIRA<sup>4</sup>

NEUZA MARIA DA SILVA<sup>5</sup>

**Resumo:** Este estudo consistiu em comparar o consumo de bens e serviços pelos idosos brasileiros que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de análises dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (2008/2009), realizada pelo IBGE. A pesquisa teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal. Os resultados permitiram constatar que a maioria dos idosos eram brancos, residiam na área urbana do país, possuíam o ensino funda-

- 1 Este artigo é proveniente da dissertação de mestrado intitulada *Consumo por idosos em arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge: análise de dados da POF 2008/2009*, apresentada pela autora, Natália Calais Vaz de Melo, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.
- 2 Doutoranda em Economia Doméstica. Mestre e Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG.
- 3 Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Economia Doméstica e mestrado em Economia Familiar pela Universidade Federal de Viçosa, PhD em Ecologia Familiar pela Michigan State University (USA).
- 4 Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Administração, mestrado e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), PhD em Administração Pública por Rutgers University (USA).
- 5 Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG. Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Educação do Consumidor e doutorado em Economia da Família e do Consumidor pela Purdue University (USA).

mental, e a minoria estava na faixa AB de renda. O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge gastava mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Portanto, entender as relações de consumo deste segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria na qualidade de vida dos idosos.

**Palavras-chave:** consumo; arranjo domiciliar; idoso.

**Abstract:** The objective of this study was to compare the consumption of goods and services by Brazilian elderly who lived by themselves and by those living with an spouse, using the POF data analysis (2008/2009), carried out by IBGE. This study was had a cross-sectional quantitative, descriptive approach. The results allowed finding that most of the elderly were white, living in the urban area of the country, elementary school graduated and the minority was at the AB income range. The living with a spouse family arrangement spent more than the unipersonal in relation to housing, several expenditures, entertainment, transportation, eating at home, smoking, hygiene products and personal care, health assistance and clothes. Therefore, to understand the consumption relationships of this segment is extremely important so that the offered goods and services provide satisfaction and improvement in the elderly quality of life.

**Keywords:** consumption; elderly; domestic arrangement.

O processo de envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações nas mais distintas esferas da sociedade, seja na econômica, na organização social e política, dentre outras. Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional no Brasil, assim como em vários outros países em desenvolvimento, ocorre num contexto socioeconômico desfavorável devido às baixas taxas de crescimento econômico; crise fiscal do Estado; elevados níveis de desigualdade social; altas taxas de analfabetismo; problemas com saneamento, habitação, pobreza; e, carência de instituições devidamente consolidadas, entre outros. (GUIMARÃES, 2006).

Miranda et al. (2016) complementam afirmando que a transição demográfica no Brasil ao mesmo tempo que representa uma conquista, por outro lado consiste numa responsabilidade para os gestores públicos e para a sociedade, uma vez que os idosos carecem de investimentos que fortaleçam sua autonomia e promovam uma vida saudável, com uma atenção adequada às suas necessidades. Dessa forma, o país necessita inovar e tomar como base experiências de outros países que passaram ou estão passando pelo processo de envelhecimento.

Há de se ressaltar, porém, que, no Brasil, de acordo com os estudos de Medeiros et al. (2006) e Carvalho (2010), com a estabilização econômica, proporcionada pelo Plano Real, houve um aumento do poder aquisitivo e do bem-estar das famílias brasileiras. Com essas mudanças econômicas, o padrão de consumo se modificou, havendo alterações nas estruturas dos rendimentos das famílias e dos gastos destas que estão relacionados com alguns fatores, destacando-se as alterações e distribuições da renda, além dos preços dos produtos. Tais modificações também foram vivenciadas pelos idosos. Neste sentido, Paulo et al. (2013, p. 539) afirmam que o “poder de decisão do idoso se modifica completamente com o recebimento da renda, viabilizando sua independência”.

O aumento da renda dos idosos e o seu maior poder de compra, antes ignorados pela indústria e pela sociedade em geral, faz com que ele se torne um grupo social que atrai o interesse individual e coletivo dos industriais, de forma crescente. (OSÓRIO; PINTO, 2007).

Neste sentido, na concepção de Lopes et al. (2013), o estudo do comportamento do consumidor idoso tornou-se importante para diversos grupos sociais, seja para os formuladores de políticas públicas, educadores, gerontólogos, cientistas sociais, entre outros, já que as necessidades dos idosos são diferentes de outros segmentos da população.

É importante ressaltar ainda, que, à medida que se envelhece, as preferências e necessidades por produtos e serviços tendem a mudar. As necessidades e gastos de uma família são afetados por fatores, como o número de pessoas na família, sua idade e o número de adultos que trabalham fora. Reconhecendo que as necessidades e gastos familiares mudam com o tempo, impõe-se destacar o ciclo de vida familiar, que combina tendências na composição da renda e da família com as

mudanças nas demandas colocadas para tal renda (SOLOMON, 2002), como é o caso dos idosos.

Dados do IBGE (2012) revelam que existe diferença de consumo entre os arranjos domiciliares, independentemente de serem ou não formados por idosos. Analisando os tipos de arranjos domiciliares, nas famílias unipessoais, as despesas com habitação absorveram 35,4% do total das despesas totais, enquanto nas famílias compostas por casal sem filhos a participação foi de 29,9%. No que se referem às despesas médias do grupo alimentação, estas representaram 16,1% do total das despesas familiares. Diferente das despesas com habitação, o perfil dos gastos com alimentação mostrou certo equilíbrio, dentre os diversos arranjos domiciliares. Quando se trata de despesas com o grupo transporte, a média dos gastos das famílias brasileiras investigadas pela POF 2008-2009 teve praticamente o mesmo peso das despesas com alimentação, 16,0%. No caso do gasto familiar com o grupo assistência à saúde, este representou 5,9% do total das despesas familiares, sendo as famílias unipessoais (6,8%), casal sem filhos (6,6%) e casal com filhos e outros parentes (6,5%) as que tiveram maior representatividade neste grupo. Em relação às despesas com educação, a estrutura familiar foi um fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos.

Diante desses dados, vivendo-se em uma sociedade de consumo e tendo em vista a diversidade de arranjos domiciliares e o crescente número da população idosa, faz-se necessário investigar o consumidor idoso inserido nos diversos arranjos domiciliares, já que o consumo de bens e serviços por idosos no Brasil ainda é pouco conhecido entre os pesquisadores das Ciências Sociais. Assim, a escolha de realizar este estudo, que relaciona os arranjos domiciliares e o consumo de bens e serviços por idosos, se faz pela necessidade de compreender melhor as transformações sociais pelas quais a sociedade contemporânea passa, bem como contribuir para uma maior compreensão sobre a dimensão do envelhecimento em termos do consumo, haja vista que com o aumento da população idosa novas demandas vêm surgindo para atender e assegurar a qualidade de vida deste segmento. Como afirma o Banco Mundial (2011), a população idosa possui necessidades específicas e desafios, que uma revisão das instituições econômicas e sociais se

faz necessária para garantir a seguridade social e a provisão de serviços apropriados a esse segmento da população.

Assim, objetivou-se com esta pesquisa comparar o consumo de bens e serviços pelos idosos brasileiros que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge, a partir de análises dos dados da Pesquisa Orçamentos Familiares (POF) (2008/2009).

## Metodologia

Este estudo teve caráter quantitativo, descritivo, com corte transversal, e utilizou-se de dados secundários que foram extraídos dos microdados da POF, realizada no período de 2008 a 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A opção por trabalhar com esses dados se deve ao fato de ser uma pesquisa representativa em nível nacional sobre orçamento doméstico, permitindo enfatizar o consumo por idosos nos diferentes arranjos domiciliares.

A POF 2008/2009 é a quinta pesquisa realizada pelo IBGE, sendo a mais recente publicada, que abrangeu ao todo 55.970 domicílios, representando aproximadamente 0,1% do total de domicílios do país. Para a expansão da amostra, cada domicílio apresentou um peso amostral ou fator de expansão, que permitiu que se obtivessem as estimativas das variáveis da pesquisa para todo o universo. Maiores detalhes sobre a seleção da amostra, bem como o cálculo do peso amostral, podem ser encontrados na documentação da base de dados. (IBGE, 2010).

Para satisfazer os objetivos propostos, o universo de análise consistiu dos arranjos domiciliares de idosos unipessoais e que residiam com o cônjuge em todas as regiões do país e que foram pesquisados pela POF (2008/2009). Para conduzir este estudo, foram considerados como idoso as pessoas que possuíam 60 anos ou mais, conforme define o Estatuto do Idoso. (BRASIL, 2013).

Primeiramente, deu-se a extração dos dados de 55.970 domicílios de todo o país, coletados pela POF (2008/2009), utilizando o software Stata 12 (*Data Analysis and Statistical Software*). A extração deste volume de dados se deu pelo fato de os domicílios serem constituídos de diversas pessoas, configurando os diferentes arranjos domiciliares. É de conhecimento científico o fato de que a precisão das estimativas

tende a aumentar com o aumento do tamanho da amostra. Contudo, conforme Triola (2011), estimativas a partir de amostras grandes demandam muito tempo, trabalho e recursos. Também, embora controversa, é fundamentada a ideia de que amostras muito grandes podem, muitas vezes, comprometer a precisão, pois quanto maior o “n amostral”, maior a probabilidade de se encontrar diferença estatística entre grupos que não condizem propriamente com a realidade. Portanto, para resolver esta questão foi obtida uma amostra a partir dos dados da POF e operacionalizado os resultados. Assim sendo, como o universo de análise que este estudo propôs eram os arranjos domiciliares do tipo unipessoal e residindo com o cônjuge, no qual o idoso era o chefe do domicílio, a amostra foi constituída por 2.532 domicílios com idosos que moravam sozinhos e 2.619 domicílios com idosos que residiam com o cônjuge, totalizando 5.151 domicílios, representando 9,20% dos domicílios que a POF pesquisou.

Porém, ao realizar uma análise exploratória dos dados, percebeu-se que havia alguns valores atípicos, que podem ser explicados por erros no registro, talvez por parte dos agentes de pesquisa da POF; pela falta de preenchimento dos dados; por algum entrevistado não querer declarar; ou por valores declarados erroneamente pelos entrevistados. Contudo, como se trata de uma pesquisa de caráter quantitativo, em que muitas das técnicas estatísticas envolvem cálculo de média, e que a média é sensível a valores extremos, optou-se por retirar 19,2% dos domicílios que apresentavam tais valores, visto que alguns destes não apresentavam nenhum valor registrado com gastos de consumo (*missing values*) e o restante possuía valores discrepantes (*outliers*). Logo, a amostra contou com 4.162 domicílios, sendo que 2.160 (51,9%) tinham apenas idosos morando sozinhos e 2.002 (48,1%), com o cônjuge.

A partir da extração dos dados, tendo estes em valores desagregados, optou-se por importá-los para o software IBM SPSS 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*) devido à melhor forma de tratamento que este possui em relação às variáveis de despesas, que foram as bases deste estudo.

Para delinear o perfil socioeconômico do arranjo domiciliar unipessoal e residindo com o cônjuge ao qual os idosos pertenciam foi realizada uma análise exploratória dos dados que, para Triola (2011), é um tipo de análise no qual os dados são explorados, em um nível preli-

minar, para se identificar o que revelam, com o objetivo de compreender e descrever suas características importantes.

Além disso, para comparar o consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar, foi utilizado um teste  $t$  para amostras independentes. Este teste, de acordo com Fávero et al. (2014), pode ser usado para avaliar se as médias de duas amostras possuem diferenças significativas ou se são consideradas estatisticamente iguais.

Posteriormente, foi realizada uma análise de variância para verificar se o consumo por idosos no arranjo domiciliar unipessoal e residindo com o cônjuge se diferenciava de acordo com o local de residência e faixa de renda. De acordo com Triola (2011), a análise de variância é um método para testar a igualdade de três ou mais médias populacionais, por meio da análise das variâncias amostrais.

Por fim, para comparar os possíveis fatores que influenciavam no consumo de bens e serviços entre os idosos que moravam sozinhos e aqueles que residiam com o cônjuge, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla, que é uma técnica que permite estimar o valor esperado para uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes. (FÁVERO et al., 2014).

A partir das informações geradas pelo IBM SPSS 20.0, os dados foram descritos, analisados e confrontados com a fundamentação teórica.

## **Resultados e discussões**

### ***Perfil socioeconômico dos idosos***

Para delinear o perfil socioeconômico dos idosos residentes nas diferentes regiões do país, foi realizada uma análise exploratória das variáveis sexo, nível de escolaridade, raça e rendimento.

A média de idade dos idosos do arranjo unipessoal (ADU) foi de aproximadamente 72 ( $\pm 8$ ) anos, com mínima de 60 anos e máxima de 103 anos, sendo 63,5% ( $n=1.372$ ) do sexo feminino. No arranjo domiciliar residindo com o cônjuge (ADRC), os idosos, enquanto chefes do domicílio, apresentaram idade máxima de 98 anos, com uma média de 70( $\pm 7$ ) anos, sendo o sexo masculino o predominante entre

os idosos chefes do domicílio (n=1.824, ou 91,1%). O cônjuge apresentou idade mínima de 17 anos e máxima de 103 anos, com média de 64 ( $\pm 10$ ) anos. Estes dados vêm ao encontro dos trazidos pelo IBGE (2012) e Silva e Dal Prá (2014), que ressaltam que o envelhecimento também é uma questão de gênero, uma vez que o aumento da expectativa de vida para as mulheres gera mais viuvez feminina e, conseqüentemente, o aumento de domicílios unipessoais femininos, além disso, à medida que as mulheres passaram a ser responsáveis pelo provimento familiar, a composição familiar modificou-se.

No que se refere à raça dos idosos, dos que moravam sozinhos, 46,5% (n=1.004) se declararam brancos; 43% (n=929) pardos; 9,2% (n=198) pretos; 0,6% (n=13) amarelos; 0,6% (n=13) indígenas; e, 0,1% (n=3) não informaram. Dos que residiam com cônjuge, 48,8% (n=976) se declararam brancos; 40,6% (n=813) pardos; 8,9% (n=178) pretos; 0,8% (n=17) amarelos; 0,7% (n=14) indígenas; e 0,2% (n=4) não souberam ou não quiseram informar. Assim sendo, a maioria dos idosos, tanto do ADU como do ADRC, se autodeclararam brancos, o que está de acordo com o perfil dos idosos brasileiros que, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2015), independente do arranjo a que pertença, 52,6% dos idosos do país são da cor branca.

Em relação à localização geográfica dos idosos, a maioria daqueles que moravam sozinhos estavam na região Nordeste do país (n=682, ou 31,6%) e, com o cônjuge, na região Sudeste (n=611, ou 30,5%), sendo que a menor concentração desses arranjos estava na região Norte (n=206, ou 9,5% e n=146, ou 7,3%, respectivamente). Do total de idosos pesquisados que moravam sozinhos e com o cônjuge, 79,1% (n=1.709) e 67,1% (n=1.344), respectivamente, residiam na área urbana do país, tendência que pode ser explicada pelo fato de buscarem, nestas áreas, melhores condições de vida e atendimento às suas necessidades.

Percebe-se uma desigualdade de renda entre a população idosa, configurada no ADU e ADRC, uma vez que a maioria dos idosos que moravam sozinhos, 51,1% (n=1.103) estavam na faixa E de renda e apenas 2% (n=43), na faixa AB de renda. Em relação ao ADRC, 47,6% (n=952) estavam na faixa C de renda, e apenas 2,9% (n=58), na faixa AB.

No que se refere ao nível de escolaridade dos idosos, foi possível detectar que 54,6% (n=1.180) dos idosos que moravam sozinhos



possuíam o ensino fundamental; 13,5% (n=292) o ensino médio; 3,4% (n=74) o ensino superior; e 0,3% (n=7) a pós-graduação (n=7), sendo que 28,1% (n=607) não declararam. Não há diferença significativa nestes resultados em comparação aos idosos que moravam com o cônjuge, sendo que 59,8% (n=1.197) possuíam ensino fundamental; 11,9% (n=239) ensino médio; 2% (n=41) ensino superior; e, 0,1% (n=3) pós-graduação, sendo que 26,1% (n=522) não declararam. Estes dados vêm ao encontro dos apresentados pela Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2015) que ressalta que os idosos apresentam uma média de anos de estudos mais baixa do que a população de 15 anos ou mais de idade, mas que vem aumentando desde 2004, passando de 3,5 anos de estudo para 4,8 anos, em 2014.

Em relação ao nível de escolaridade do cônjuge, 60,8% (n=1.218) possuíam ensino fundamental; 12,7% (n=255) ensino médio; 1,4% (n=28) ensino superior; e 0,3% (n=6) pós-graduação. Percebe-se que o nível de escolaridade predominante em ambos os arranjos foi o ensino fundamental, o que corrobora com os dados nacionais em relação aos idosos. (IBGE, 2015).

No que se refere ao rendimento dos idosos dos dois grupos em pauta, foram detectados rendimentos com trabalho, transferência, aluguel e outras rendas. Os maiores rendimentos daqueles que moravam sozinhos eram provenientes de outras transferências ( $M=R\$941,75$ ), aposentadoria e pensão do INSS ( $M=R\$918,63$ ), e aposentadoria da previdência pública ( $M=R\$309,28$ ). Já os rendimentos dos idosos que moravam com o cônjuge, os maiores rendimentos eram advindos de outras transferências ( $M=R\$932,53$ ), aposentadoria e pensão do INSS ( $M=R\$872,87$ ) e outras rendas ( $M=R\$359,46$ ). Fazendo uma análise exploratória dos rendimentos, mesmo utilizando a média aparada (5% *trimmed mean*), por desconsiderar o *outlier*, constata-se que a maior parte dos rendimentos dos dois grupos eram provenientes de transferências. A pesquisa de Paulo et al. (2013) revela que a autonomia financeira do idoso é primordial, por contribuir para a busca da sua privacidade, mas que, por outro, pode ser um atrativo para parentes próximos.

## **Consumo por idosos em arranjo unipessoal e residindo com o cônjuge**

Dentre os itens de consumo contemplados pela POF 2008/2009, selecionou-se, para este estudo, os gastos de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Vale ressaltar que os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos pelos agentes de pesquisa da POF, em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios. Entretanto, visando construir um orçamento médio anual, foi necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em anuais. Assim sendo, todos os valores orçamentários da presente pesquisa são anuais.

Ao realizar o somatório de todas essas variáveis de despesas do universo de análise, observou-se que, em média, os idosos ( $n=4.162$ ) gastavam R\$8.296,13 ( $\pm$ R\$6.245,34) anuais, com o mínimo de R\$830,16 e máximo de R\$29.911,01. Mais especificamente, os idosos que moravam sozinhos ( $n=2.160$ , ou 51,9%) gastavam, anualmente, em média, R\$6.661 ( $\pm$ R\$5.463,05), e os que residiam com o cônjuge ( $n=2.002$ , ou 48,1%), gastavam um pouco mais, em média R\$10.060,24 ( $\pm$ R\$6.550,35).

Através da análise exploratória das variáveis de consumo, foi possível observar que tanto o ADU como o ADRC gastavam mais com itens de habitação ( $M=R\$1.933,04$  e R\$2.584,74 por ano, respectivamente), vindo, em seguida, as despesas com alimentação dentro do domicílio ( $M=R\$1.814,03$  e R\$2.572,56, respectivamente) e assistência à saúde ( $M=R\$1.257,47$  e R\$2.030,01, respectivamente). É possível afirmar também que, dos itens de consumo analisados, os idosos dos arranjos em questão gastavam menos com educação, no máximo R\$2.080,00 para os idosos que moravam sozinhos e R\$2.200,00 para os que residiam com o cônjuge.

Estes resultados estão de acordo com as análises realizadas pelo IBGE (2012), ao revelarem que, para todos os tipos de composições familiares, o grupo habitação foi o que apresentou o maior peso entre as despesas de consumo das famílias brasileiras, desde a realização da POF 2002/2003, uma vez que este item também está relacionado às

principais necessidades das famílias em termos de condições de vida. O IBGE (2012) ainda afirma que, para as despesas com educação, a estrutura familiar é fator determinante, visto que a presença de filhos faz com que o peso relativo dos valores gastos com educação seja, no mínimo, o dobro do das famílias sem filhos. Infere-se, assim, que o estágio do ciclo de vida familiar a que os idosos pertencem pode ter interferido nos gastos com educação, principalmente por não contemplarem a presença de filhos nos arranjos selecionados.

Para comparar os bens e/ou serviços que os idosos que moravam sozinhos e os que residiam com o cônjuge consumiam, procedeu-se ao teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes. Para sua execução, partiu-se da hipótese nula de que não havia distinção do consumo em razão de seu arranjo domiciliar, sendo a hipótese alternativa, se o contrário ocorresse, ou seja, que houvesse diferença no consumo em razão do arranjo domiciliar.

Assim, foi possível verificar, diante da realização do teste *t* de Student para igualdade de médias em amostras independentes, que o ADRC gastava estatisticamente mais do que o ADU no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Este aumento pode estar associado à composição familiar, uma vez que o número de membros do ADRC é o dobro do ADU. E com o mesmo teste foi possível afirmar que ambos os arranjos gastavam estatisticamente igual com educação e alimentação, fora do domicílio.

Os gastos com educação e alimentação, fora do domicílio, sendo iguais estatisticamente, revelam que os idosos, independente do arranjo domiciliar, estão preocupados em viver mais e melhor. Sabe-se que, cada vez mais, os idosos estão apreensivos com a sua qualidade de vida e o envelhecimento já traz consigo perdas do potencial biológico. Entretanto, faz-se necessário considerar a influência, entre outras variáveis, dos hábitos alimentares, uma vez que eles podem interferir na qualidade de vida dos idosos e, assim, gerar um perfil diferenciado do envelhecimento biológico. Além disso, a educação pode melhorar os processos cognitivos, motores, sensorial e intelectual deste segmento da população. (VENTURA, 2010; SILVA, 1998, apud SOMCHINDA; FERNANDES, 2003).

Com o intuito de comparar se existia diferença entre os tipos de bens e serviços que os idosos dos dois arranjos domiciliares, ADU e ADRC, consumiam nas diversas regiões do país e com base na faixa de renda, submeteu-se as despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte educação, alimentação, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário à análise de variância.

Pelo teste F da Anova, para as diversas regiões do país, foi possível inferir que para o ADU existia diferença nas despesas com habitação ( $p=0,000$ ), despesas diversas ( $p=0,000$ ), lazer ( $p=0,001$ ), transporte ( $p=0,000$ ), educação ( $p=0,024$ ), alimentação fora do domicílio ( $p=0,001$ ), assistência à saúde ( $p=0,000$ ) e vestuário ( $p=0,001$ ) em relação às regiões do país. Já em relação ao ADRC, os itens de despesas que tiveram diferença, quando comparados entre as regiões do país, foram habitação ( $p=0,000$ ), despesas diversas ( $p=0,000$ ), lazer ( $p=0,000$ ), transporte ( $p=0,000$ ), alimentação dentro do domicílio ( $p=0,001$ ), assistência à saúde ( $p=0,000$ ) e vestuário ( $p=0,000$ ). Entretanto, os itens que possuíam uma média de gasto igual ( $p>0,05$ ) entre as regiões do país foram: alimentação dentro do domicílio para o ADU; educação e alimentação fora do domicílio no ADRC; e, fumo e produtos de higiene e cuidados pessoais, em ambos os arranjos.

Tal diferença de gastos entre os itens de consumo considerados e as regiões do país provavelmente ocorre devido à distribuição desigual de renda entre as regiões. Por exemplo, nos dois arranjos domiciliares estudados, a maioria daqueles que pertenciam à faixa AB de renda residiam no Sudeste do país, sendo 39,5% ( $n=17$ ) do ADU e 43,1% ( $n=25$ ) do ADRC. Além do fator da renda, Solomon (2002) afirma que os padrões de consumo podem ser moldados pelo clima, por influências culturais e recursos únicos, além disso, o autor ainda ressalta que as diferenças regionais exercem um grande impacto sobre os estilos de vida dos consumidores porque muitas de nossas preferências são ditadas pelos costumes e disponibilidades locais.

A partir das análises realizadas foi possível inferir que os idosos do ADRC são os que mais apresentam gastos com as categorias de despesas descritas anteriormente, e apesar dos dados não serem estatisticamente significativos entre todas as regiões do país para todas as despesas, é plausível afirmar que os idosos dos arranjos em estudo que residiam na região Sul são os que apresentaram os maiores gastos em

relação às categorias de despesas analisadas, principalmente quando comparados aos residentes no Nordeste do país. Isso talvez aconteça por causa dos idosos residentes no Nordeste possuírem as menores rendas e, conseqüentemente, o menor poder de consumo. Assim, os resultados encontrados corroboram os divulgados pelo IBGE (2010) que afirmam que as famílias, independente do arranjo domiciliar, residentes na região Sudeste, são as que mantêm a liderança no ranking do consumo nacional, ao contrário da região Nordeste, que apresenta o menor valor de despesa média no país.

Ao analisar o consumo por categorias de despesas dos idosos que moravam sozinhos e que residiam com o cônjuge também por faixas de renda, sendo estas determinadas como AB (caso a renda total do domicílio fosse maior que R\$4.980,01), C (renda total entre R\$1.245,01 a R\$4.980,00), D (renda total entre R\$830,01 a R\$1.245,00) e E (renda total menor que R\$830,00), encontrou-se que no ADU, 2% (n=43) dos idosos estavam na faixa de renda AB, 24,3% (n=525) na faixa C, 22,6% (n=489) na faixa D e 51,1% (n=1.103) na faixa E de renda. Já o ADRC, 2,9% (n=58) dos domicílios estavam na faixa AB, 47,6% (n=952) na faixa C, 33,9% (n=678) na faixa D, e 15,7% (n=314) na faixa E de renda.

Pelo teste F da Anova, para as faixas de renda, foi possível inferir que, tanto no ADU como no ADRC, o único gasto que não foi estatisticamente significativo entre as diferentes faixas de renda foi com fumo ( $p=0,246$  e  $p=0,737$ ), inferindo-se, assim, que este tipo de gasto seja igual em ambos os arranjos domiciliares entre as diferentes faixas de renda. Já em relação ao restante dos itens de despesas, com  $p=0,000$ , percebeu-se que os gastos são todos estatisticamente significativos quando comparados com as faixas de renda, em ambos os arranjos domiciliares, sendo possível afirmar que pelo menos um valor médio dos gastos entre estes itens de despesas é diferente quando se compara com as faixas de renda.

Assim sendo, apesar dos domicílios configurados nos ADU e ADRC serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despesas analisados anteriormente. Dados do IPC (2016) corroboram com tais resultados, indicando que a classe B é a que demonstra maior poder de compra e crescimento entre os brasileiros, respondendo, isoladamente, por quase a metade do consumo nacional.

## **Fatores que influenciam nos tipos de bens e serviços consumidos**

Para explicar os possíveis fatores que influenciam na variação do consumo entre os ADU e ADRC, neste estudo utilizou-se do modelo de regressão linear múltipla pelo método *stepwise*. Foi realizada uma regressão para cada uma das variáveis dependentes, a saber: habitação, despesas diversas, lazer, transporte, educação, alimentação dentro do domicílio, alimentação fora do domicílio, fumo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário. Para estas variáveis, foram desconsiderados os domicílios nos quais não havia declaração de nenhuma despesa. Como variáveis independentes, foram utilizadas as seguintes: idade em anos, renda total, sexo, faixas de renda, faixas etárias, curso mais elevado que frequentou, regiões do país e se residia na zona urbana/rural. As variáveis “Centro-Oeste”, “faixa de renda E” e “ensino fundamental” foram utilizadas como variáveis de controle.

Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que diversas variáveis independentes intervêm no consumo de bens e serviços tanto no ADU como no ADRC, como a renda, localização geográfica, sexo, idade, nível de escolaridade, mas foram a renda total do domicílio e o fato dos arranjos domiciliares pertencerem à faixa de renda C as variáveis que tiveram maior influência, conforme pode ser visto na Tabela 1. Assim, percebe-se que o fator renda é o que mais influencia nos hábitos de consumo dos arranjos domiciliares onde os idosos são chefes do domicílio, uma vez que, como foi visto, aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os responsáveis pelos maiores gastos das categorias analisadas (Tabela 1).

Os dados encontrados estão condizentes com a literatura, uma vez que, de acordo com Almeida (2002), Ipea (2007) e IBGE (2010), independente do arranjo domiciliar ou do ciclo de vida que as famílias se encontram, o melhor poder aquisitivo é reflexo da maior escolaridade e, portanto, maior probabilidade de consumir. Assim sendo, as participações nos gastos de consumo, segundo agrupamentos, diferem de acordo com o fato de residir na zona urbana ou rural do país, e do sexo. Neste último caso, as famílias chefiadas por mulheres gastam proporcionalmente mais com habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, cultura e serviços pessoais, enquanto as chefiadas por homens possuem um gasto maior com transporte, aumento do ativo, alimentação e outras despesas correntes.

**Tabela 1** – Fatores que influenciaram no consumo dos ADU e ADRC

Variáveis	Renda total (Beta)		Faixa de renda C (Beta)	
	Unipessoal	Residindo com o cônjuge	Unipessoal	Residindo com o cônjuge
Habitação	0,137	0,247	0,22	0,121
Despesas Diversas	0,162	0,207	0,168	0,067
Lazer	0,315	0,45	-	-
Transporte	0,17	0,242	0,239	0,122
Educação	0,358	-	-	-
Alimentação no Domicílio	-	-	0,129	0,089
Alimentação Fora do Domicílio	0,124	0,107	0,137	0,129
Fumo	0,239	-	-	0,265
Higiene e Cuidados Pessoais	-	0,14	0,195	-
Assistência à Saúde	0,17	0,198	0,199	0,138
Vestuário	0,184	0,216	0,133	0,155

Beta: coeficiente de regressão padronizado.

Fonte: Dados da pesquisa. POF (2008/2009).

Além disso, Carvalho e Alves (2012) afirmam que os arranjos familiares não se comportam como unidades homogêneas, posto que as decisões de consumo estão associadas a muitas questões, variando desde a renda familiar disponível, como a posição do ciclo de vida familiar e das características sociodemográficas dos membros, especialmente a idade, escolaridade e sexo do responsável.

## Conclusões

Uma das transformações sociais mais importantes, que ocorreram nas últimas décadas, está relacionada ao aumento demográfico dos idosos. Este segmento da população cresceu não só em número, mas em poder aquisitivo. Neste sentido, este trabalho objetivou comparar o

consumo de bens e serviços pelos idosos que moravam sozinhos e por aqueles que residiam com o cônjuge.

Os resultados permitiram constatar que a maioria dos idosos estudados eram brancos, residiam na área urbana do país, possuíam o ensino fundamental e, a minoria estava na faixa AB de renda, sendo esta proveniente, em sua maioria, de transferências públicas. As mulheres eram a maioria entre os idosos que vivem sozinhos, já no arranjo residindo com o cônjuge, considerando o idoso como o chefe do domicílio, os homens tiveram prevalência. A maior parte dos idosos do arranjo unipessoal viviam no Nordeste e no caso do arranjo residindo com o cônjuge, no Sudeste.

O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge gastou mais do que o unipessoal no que se refere aos itens de despesas com habitação, despesas diversas, lazer, transporte, alimentação dentro do domicílio, fumo, produtos de higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e vestuário, uma vez que sofre interferência da composição familiar, pois quanto mais pessoas residam no domicílio maior serão os gastos. É válido ressaltar que, dentro destes itens de despesas selecionados, os maiores gastos dos arranjos domiciliares estudados estão com itens de habitação, alimentação dentro do domicílio e assistência à saúde, o que já era de se esperar, pois são itens considerados essenciais à vida.

Entre os itens de consumo analisados, o menor gasto ocorre com educação, o que pode ser explicado ou pela fase do ciclo de vida em que o idoso se encontra ou pela própria importância que este dá ao investimento em educação para si próprio. A pesquisa indicou também que a renda é o fator preponderante a influenciar o consumo, conforme já se esperava, quanto maior a renda, maior o poder de consumo.

O arranjo domiciliar residindo com o cônjuge é o que mais apresentou gastos com as categorias de despesas analisadas, sendo plausível afirmar que, em ambos os arranjos domiciliares estudados, os que residiam na região Sul são os que apresentam os maiores gastos, principalmente quando se compara com aqueles residentes no Nordeste do país, uma vez que os que residiam nesta região são os que apresentaram as menores taxas de renda. Apesar dos domicílios configurados nestes arranjos domiciliares serem a minoria pertencentes à faixa de renda AB, são eles os responsáveis pelos maiores gastos com os itens de despe-



sas analisados. Logo, conclui-se que a renda total do domicílio foi o fator que teve maior influência no consumo de bens e serviços entre os arranjos domiciliares, uma vez que com a melhoria da renda, os idosos estão tendo um maior poder de compra, buscando, cada vez mais, investir em sua saúde e bem-estar.

Assim sendo, sabe-se que, mesmo com o aumento do poder aquisitivo dos idosos e seu maior poder de compra, a sociedade ainda não está preparada para atender totalmente às necessidades deste segmento. Portanto, entender as relações de consumo deste segmento é extremamente relevante, a fim de que os bens e serviços oferecidos proporcionem satisfação e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Ainda que este estudo traga importantes contribuições para a discussão do consumo por idosos, nos dois arranjos estudados, faz-se necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre as questões relativas ao idoso brasileiro, principalmente considerando-se suas relações na família e na sociedade. Assim sendo, entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo permitiram contribuir para o avanço das pesquisas sobre o comportamento do consumidor idoso em diferentes arranjos domiciliares no país.

**Artigo submetido em 11/04/2017 e aceito  
para publicação em 22/03/2018**

## **Referências**

ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/96**. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Ciências, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba-SP: ESALQ, 2002. 94 f.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**: implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. Brasília-DF: Banco Mundial, 2011.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p.

CARVALHO, A. A. **Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos.** Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2010, 139 f.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 23, n. 1, p. 6-29, 2012.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos quantitativos com Stata.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GUIMARÃES, J. R. S. Envelhecimento populacional e oportunidades de negócios: o potencial mercado da população idosa. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Anais... Caxambu-MG: ABEP. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009): despesas, rendimentos e condições de vida.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2010). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2012). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (2015). **Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPC. Índice de Potencial de Consumo. **Consumo nacional deve chegar a R\$3,9 tri neste ano, mas expansão se mantém fora do eixo das capitais, diz estudo.** 2016. Disponível em: <<http://www.ipcbr.com/imprensa.html>>. Acesso em: 05/04/2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**, v. 2, Brasília: IPEA, 2007. 552p.

LOPES, E. L.; GARCIA, E.; SANTOS, V. M.; SCHIAVO, M. A. O novo consumidor idoso: identificação dos atributos varejistas relevantes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 6, p. 551-564, nov.-dez./2013.

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R. P. de; SOARES, S. Notas técnicas sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. 2. Brasília: IPEA, 2006.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507-517, 2016.

OSÓRIO, A. R.; PINTO, F. C. **As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2007.

PAULO, M. A.; WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. C. H. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 30, sup., p. 525-543, 2013.

SILVA, A.; DAL PRÁ, K. R. Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 99-115, jan.-jun./2014.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOMCHINDA, A.; FERNANDES, F. C. **Saúde e qualidade de vida na terceira idade: uma introspecção dos idosos institucionalizados**. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Coletiva), Associação Brasileira de Odontologia. Brasília: 2003. 96f.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 696p.

VENTURA, R. **Mudanças no perfil do consumo no Brasil: principais tendências nos próximos 20 anos**. Rio de Janeiro: Macroplan/Prospectiva, Estratégia e Gestão. 2010.